

Ata da 10ª Sessão Ordinária no 1º Período do 23º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 28 de Abril de 2015.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e quinze, sob a presidência do Vereador **André de Azeredo Dias**, realizou-se a *Décima Sessão Ordinária no Primeiro Período do Vigésimo Terceiro Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Dando início à reunião, o senhor **Presidente** pediu à Segunda Secretária que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se as ausências de Osvaldo Pereira da Rocha e Rosalvo de Vasconcellos Domingos, que se encontravam à disposição desta Casa. Logo após colocou em discussão a ata da sessão anterior, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. Após, pediu à Primeira Secretária que fizesse a leitura dos documentos constantes do *EXPEDIENTE*, a saber: OFÍCIO: **GP 053/15**, de autoria do Poder Executivo; PROJETOS DE LEIS: - n.ºs **1079/15**, de autoria do Poder Executivo; - **1080/15**, de autoria do Poder Executivo; INDICAÇÕES: - n.ºs **231, 232, 233, 234, 235 e 236/15**, de autoria da Vereadora **Marina Pereira da Rocha**; - n.ºs **237, 238 e 239/15**, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; - n.ºs **240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252 e 253/15**, de autoria da Vereadora **Rizê da Silva Silvério**; - n.ºs **254, 255, 256, 257 e 258/15**, de autoria do ver. **Fernando Amaro Garcia**; - n.ºs **259, 260, 261, 262 e 263/15**, de autoria do ver. **Alcione Barbosa Tavares**; - n.ºs **264, 265, 266 e 267/15**, de autoria do ver. **Rosalvo de Vasconcellos Domingos**. A seguir, passou a palavra aos vereadores. Com a **palavra**, o vereador **Fernando Amaro Garcia** disse que deixaria para fazer o uso da palavra depois que ouvisse o Secretário de Governo. Com a **palavra**, o vereador **Franklin Adriano Pereira** disse que gostaria de expor sua alegria com a apreciação que seria realizada para o aumento de salário dos profissionais da Educação, e que podiam contar com o seu voto. Que aquele era um momento de reconhecimento de tais profissionais, todavia, argumentou que também existia o problema do pessoal da empresa, e que em razão daquele fato, tinha convidado o Sr. Carlão, do Sindicato dos Filantrópicos, porque era ele quem iria homologar as demissões; logo, era de sua responsabilidade saber quem seria indenizado, bem como providenciar para que os direitos dos trabalhadores fossem efetivados. Agradeceu a presença da Srª Flor, do Kilômetro Onze, a Flor do Orindi, que junto com ele, ver. Franklin, vinha trabalhando muito para a criação da Creche do Orindi. Informou que já havia conversado com o Sr. Prefeito e o Secretário de Educação, o qual demonstrara interesse em construir aquela creche. Disse que a reunião realizada no Kilômetro Onze fora excelente e, em seguida, pediu que todos aguardassem a reunião com o Secretário de Governo, ocasião em que seriam esclarecidas muitas dúvidas. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e disse que aquela era uma oportunidade única de estar com o Secretário de Governo, podendo esclarecer os últimos acontecimentos a

respeito daquela demissão em massa. Assim sendo, iriam aproveitar aquela oportunidade para esclarecer várias questões, e o nobre Edil, assim como os demais vereadores, sendo os representantes do povo teriam a oportunidade de estar questionando e buscando mais informações acerca do fato ocorrido. Ressaltou que o vereador também comentara de sua alegria em relação à aprovação do aumento dos professores, e tinha certeza de que todos os pares daquela Casa compartilhavam daquele sentimento de felicidade. Portanto, aquela Casa estava muito feliz de poder mostrar o seu comprometimento com a Educação do município, assim como acontecera com o Plano de Cargos e Salários, o qual vinha se arrastando por vários anos. Disse que logo que tomaram posse para a atual Legislatura, colocaram em pauta e aprovaram o Projeto de Cargos e Salários e, igualmente, estava sendo com aquele merecido reajuste dos servidores públicos da Educação. Por conseguinte, tinha convicção de que o mesmo seria aprovado por unanimidade, e era com muita felicidade e satisfação que eles, os Vereadores, colocavam em pauta, naquele dia, em regime de urgência, o Projeto elaborado, para que os professores pudessem ser agraciados com aquele reajuste. Com a **palavra**, o vereador **Alcione Barbosa Tavares** disse que seu amigo vereador fora muito feliz em suas palavras, por ter explicitado que eles apoiavam os professores, assim como as demais classes, e que aquela Casa estava pronta para aprovar aquele aumento de salário. Disse ainda que eles, os Legisladores, estavam aguardando ansiosos para que o Poder Executivo pudesse prestar um esclarecimento, a fim de que pudessem se orientar e saber qual seria o procedimento adotado. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e disse que aquele era um momento de esclarecer todas as dúvidas, e estava convicto de que o Executivo não mediria esforços para poder solucionar aquele problema. Esclareceu que na semana seguinte já estaria fazendo uma Indicação para que o Poder Executivo pudesse, de alguma forma, através da Secretaria de Ação Social, também estar prestando auxílio àquelas famílias que ficaram desempregadas, as quais, certamente, já estavam passando por muitas dificuldades e que, naquele momento, estavam somente em busca do tão sonhado emprego, a fim de manter o sustento e de suas famílias. Com a **palavra**, o vereador **Claudio Vicente Vilar** iniciou suas palavras dizendo que estava feliz em mais uma vez poder ajudar os professores do município, e tinha a certeza de que não só ele, mas todos os vereadores, pois se fosse necessário a assinatura de algum deles para estar atendendo os professores, que podiam contar com eles. Salientou que realmente deveriam buscar cada vez mais melhorar o salário dos professores, porque a responsabilidade que eles possuíam era enorme, e que se os pais, às vezes, não aguentavam cuidar de um ou dois filhos, que imaginassem, então, o professor, com trinta a quarenta alunos em uma sala de aula; crianças que passavam a ser consideradas até seus filhos, porque muitas vezes um cuidado maior se fazia necessário. Disse que certa vez pedira à Secretária Maria Cecília que fizesse estudos, para que viabilizassem a criação da função de Auxiliar de Professora, visto que

sempre havia uma ou mais crianças que necessitavam de uma atenção maior, ocasião em que a Auxiliar poderia ajudar; porém, infelizmente, ela, D. Maria Cecília, afirmou que não seria possível. Continuando, disse que falaria sobre a outra notícia, que não era boa, no caso, tratava-se das demissões da Firma contratada pela Prefeita, fato que acabou chocando aquela Casa, mas que dali a pouco, estariam dando algumas respostas ao público. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e disse que também estava na luta, pois sempre fizera pedido para que houvesse uma Auxiliar de Professora. Com a **palavra**, a Vereadora **Marina Pereira da Rocha** iniciou suas palavras dizendo que era com muita alegria que comparecia à Casa Legislativa e parabenizou todos os profissionais da educação. Disse que aquela conquista era mais do que merecida, e que costumava dizer que os profissionais da educação era a categoria que trabalhava com mais amor, pois se fosse necessário tirar dos seus bolsos para dar às crianças, eles fariam, portanto, aquele reajuste era mais do que merecido. Salientou que votaria “sim” para o reajuste e parabenizou os profissionais pela conquista. Agradeceu à Secretária Maria Cecília que tinha sido a responsável pela conquista do Plano de Cargos e Salários e, no momento, pelo reajuste salarial, e por tais motivos não podia se esquecer dela. Disse que iria aguardar o Secretário para prestar os esclarecimentos que aquela Casa e a sociedade esperavam. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou a nobre Edil por suas palavras e disse que a mesma falara da alegria de estarem naquele dia reunidos, deduzindo que a grande maioria presente no Plenário eram professores; logo, estavam felizes em aprovar o reajuste. Lembrou que a Sessão anterior fora muito triste, cujo tema principal tinha sido a demissão dos novecentos e sessenta funcionários, mas que naquele instante estavam podendo se alegrar um pouco mais, haja vista a possibilidade de contribuir com os professores do município. Com a **palavra**, a vereadora **Rizê da Silva Silvério** iniciou suas palavras parabenizando sua amiga vereadora Marina pelo seu aniversário, e desejou que Deus continuasse a abençoando e iluminando, proporcionando aquela força que ela sempre tivera para trabalhar. Falou que suas palavras eram sinceras e que ela, Marina, era uma menina que lhe passava ensinamentos, e que todos os dias aprendia muito com a nobre Vereadora. Continuando, a ver. Rizê disse que naquele dia ela era só alegria, e que não iria nem nomear os profissionais da educação que estavam presentes porque temia se esquecer de alguém, mas mesmo assim mencionava as professoras Simone, Rita, Gláucia, Valdete, Josi, a Luciana, a qual fora sua Diretora, agradecendo-a por tudo que tinha feito por ela, Rizê. Ressaltou, ainda, que ali estavam presentes várias pessoas excelentes. Compartilhando do mesmo sentimento externado pela Ver. Marina em relação à Secretária Cecília, que tanto lutara para a aprovação do reajuste, prestou-lhe seu agradecimento, assim como agradecia ao atual Secretário de Educação, o qual também vinha atendendo os professores, sendo solidário e solícito em várias questões. Em seguida, agradeceu ao Sr. Prefeito, que no dia anterior, às quinze horas e quarenta

minutos, estava assinando para que o requerimento do reajuste viesse para aquela Casa como pedido de urgência. Salientou que tal conquista era uma de várias, e que o Plano de Cargos e Salários, citado anteriormente pelo Sr. Presidente, embora tenha sido aprovado tempos atrás, não tinha sido efetivamente colocado em prática, e já apresentava defasagem em sua tabela. Destacou que fora aquela luta, juntamente com a Dona Maria Cecília, que eles foram buscar, acrescentando que muitas outras iriam surgir. Após, parabenizou o grupo da Educação do ano de mil novecentos e noventa e oito e aos demais que se juntaram àquele grupo, e que ordeiramente estavam em busca das melhorias e dos seus direitos, os quais já estavam garantidos. Disse ser uma busca que, inclusive, havia permitido que, após aquela Sessão, estivessem reunidos com a Procuradoria daquela Casa, a fim de discutirem a questão referente à concessão do Triênio e Quinquênio. Dirigindo sua fala ao Ver. Cláudio Vicente, elucubrou a possibilidade de o Projeto das Auxiliares de Professoras vir a se realizar. Assegurou que eram muitas questões a serem solucionadas, dizendo que ela, Rizê, estava Vereadora e que muitas vezes o vereador era solitário nas idéias e projetos; assim, ressaltou a importância de os profissionais terem se reunido, pois agindo daquela maneira estavam dando uma força muito grande nas ideias de todos os vereadores. Destacou ainda a necessidade de organização e respeito mútuo, independentemente das diferenças de pensamentos, para se alcançar os objetivos desejados. Reiterou que poderiam sempre contar com ela, independente de seu mandato de Vereadora, pois sua eleição não fora vinculada a buscar os interesses para os profissionais da educação; que nada tinha sido combinado, pois seria uma responsabilidade muito grande. Todavia, até o final de seu mandato o que pudesse buscar e perseguir, ela se empenharia. Esclareceu que tudo era um ato de persistência, ou seja, as idéias não ficavam totalmente no campo das idéias, podendo ser trazidas a qualquer momento para a vida real. Salientou que todo dia devia-se perseverar por algo em suas vidas, como os professores em sala de aula perseguiram o desenvolvimento dos seus alunos. Disse que eles, os profissionais da Educação, perseguiram muitas coisas e que a quantidade de Indicações apresentada naquela Casa refletia tal fato, dizendo as suas Indicações, assim como de alguns Vereadores, já estavam fazendo aniversário por mais de uma vez, sem solução. Afirmou, em seguida, que não era porque o Executivo estava com alguma dificuldade de executar as ações que iriam desistir das Indicações; ao contrário, iriam persistir até o final. Enfatizou que podiam contar não só com a vereadora Rizê, mas com todos os Vereadores, porque ela não era sozinha naquela Casa. Disse que aquela Casa de Leis abrigava um grupo desprovido de vaidades e, exemplificando, falou que quando um Vereador fazia uma Indicação, os outros o apoiavam, e que em relação à Educação, havia diversos Projetos de Lei de iniciativa de Vereadores que nem eram professores, demonstrando assim toda a preocupação do grupo com a área educacional do município. Quanto ao caso dos funcionários demitidos pela Firma, disse que tinha pegado a

todos de surpresa e que eles estavam atordoados até aquele momento, mas que estavam em busca de soluções para o problema e bastante preocupados. Assegurou que se preocupavam igualmente com todos os problemas inerentes à população, sem distinção, e que inclusive gostaria que aquela Sessão tivesse sido realizada no lado externo do prédio, isto é, no pátio da Prefeitura, com a presença de todos os funcionários, e que todos, sem exceção, tivessem recebido aquele aumento de treze vírgula um por cento, mas que infelizmente eles não tinham o poder de beneficiar a todos naquele momento, embora fosse o desejo de cada um naquela Casa. Agradeceu a Deus pelo amor que Ele tinha por ela, Rizê, dizendo que fora uma menina muito amada pelo seu falecido pai, pela sua mãe e irmãos, e sabia que era também muito querida por cada Vereador e funcionário daquela Casa, pelos seus ex-alunos e suas colegas que com ela trabalharam. Enfatizou que todos eram muito importantes em sua vida, e que na vida era tudo passageiro, mas tinha a certeza de que era em razão daquele carinho que ela nutria pelas pessoas, que era sempre bem recebida nas Secretarias que visitava. Falou que muito embora tal sentimento não fosse unânime, haja vista que ninguém tinha a pretensão de agradar a todos, certamente havia uma parcela de pessoas que lhe ajudavam bastante e que muitos nem imaginavam, quando, por exemplo, ela chegava a um Posto de Saúde para ser atendida, ou esperava respeitosamente o atendimento de um médico no hospital, fosse para ela ou sua mãe. Disse que ao visitar o CIEP ficara triste diante de sua situação lamentável, então, pediu a união de todos no sentido de que houvesse uma obra emergencial naquela instituição de ensino, porque uma coisa era ouvir falar o que estava acontecendo, e outra era chegar ao local e constatar a real situação. Explicou em seguida, que naquele CIEP havia somente uma ala de banheiros funcionando, ou seja, um canto do corredor que seria a do banheiro feminino e que estava usado como banheiro feminino e masculino. Reiterou a necessária urgência de obras de conservação no CIEP, dizendo que estava cobrando a ação do Sr. Prefeito e tinha a certeza de que o mesmo iria atender ao seu pedido, assim como o Secretário de Educação, o qual informou a existência, já havia dois anos, de um dossiê referente ao CIEP. A ilustre Vereadora disse ainda que reconhecia a necessidade de obras em outras escolas e Postos de Saúde, todavia, a questão do CIEP era realmente urgente. Finalizou suas palavras agradecendo a todos e disse que os esperava ao término da Sessão. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou a nobre Edil por suas palavras e disse que a vereadora podia ter a certeza de que teria o apoio de todos os nobres Edis daquela Casa e de todo o Parlamento naquela luta diária, pois como a Vereadora bem explicitara, era uma luta diária. Deduziu que conquistaram muitas coisas naquele período de seus mandatos, e estava convicto de que teriam muitas outras a conquistar. Disse ter a certeza de conhecer o caráter e o comprometimento de cada um dos vereadores daquela Casa e que eles haviam se tornado uma família, e aquela família buscava a qualidade de vida do município. Lembrou que a Vereadora Rizê comentara a respeito

da Secretária e ele, o Presidente, também gostaria de parabenizar o atual Secretário, uma pessoa de quem ele tivera uma boa impressão e que tinha lhes atendido, bem como vinha abrindo a Secretaria para atender, também, a todos os funcionários da educação. Salientou que tal atitude era louvável, porque era uma forma de interagir e ver a real necessidade do funcionalismo público e, também, das obras emergenciais, como a Vereadora dissera, porém, falou que ficava feliz pelo rumo que a Educação estava seguindo. Concordou com a Vereadora Rizê, ratificando que não houvera acordo eleitoreiro no sentido de representar os profissionais da educação, e estava convicto de que todos estavam se sentindo muito bem representados pela nobre Edil, a qual era uma guerreira. Afirmou que como sempre dizia, a Vereadora tinha uma luta incansável pelo Segundo Distrito, mas que também era incansável na luta pela educação de qualidade no município. Ultimando, enfatizou que os profissionais da educação presentes estavam sendo muito bem representados por Sua Excelência. Concluído o Expediente, deu-se início à ORDEM DO DIA. Em pauta, **Pedido de Urgência** pelo **Poder Executivo**, através do ofício nº053/15, para votação do Projeto de Lei n.º 1080/15, de sua autoria. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **pedido de urgência** foi **aprovado** por unanimidade. Em pauta, **Projeto de Lei n.º1080/15**, de autoria do **Poder Executivo**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Projeto de Lei foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** falou que tinha a certeza de que todos os profissionais da educação voltariam para suas casas mais alegres. Disse que antes de findar a Sessão, os nobres Edis, com base no Requerimento feito na última Sessão, gostariam de convocar o Secretário de Governo àquele Plenário. Leu o requerimento: “Requer esta Mesa Diretora, depois de ouvido o Soberano Plenário, na forma do Inciso IV do art. 165 do Regimento Interno, que seja convocado o Ilustre Secretário de Governo para que possa manifestar-se a respeito das demissões em massa ocorridas na prefeitura Municipal de Guapimirim”. Disse que a reunião com o Secretário fora agendada para aquele dia e pediu ao Vereador Claudio Vicente e ao Vereador Alcione que pudessem conduzi-lo àquele Plenário. Agradeceu a presença do Secretário de Governo, Sr. Rodrigo Medeiros, e lhe informou que o motivo daquela convocação era para que o Poder Executivo pudesse se manifestar e esclarecer os fatos ocorridos nos últimos dias, que fora aquela demissão em massa no município. Pediu que o mesmo prestasse esclarecimentos ao público presente, bem como a todo o município, sobre a ocorrência de tais fatos e o motivo o qual tinha gerado toda aquela demissão. Disse que iria passar a palavra ao Secretário para que pudesse estar esclarecendo e, depois, daria a palavra também aos vereadores, a fim de que fizessem, cada um, a sua indagação. A seguir, passou a palavra ao Secretário de Governo. Com a **palavra**, o Secretário de Governo, **Rodrigo Medeiros**, inicialmente, cumprimentou a Sua Excelência, o Sr. Presidente, aos demais pares daquela Casa e a todo o público presente, cumprimento aquele que fazia

também em nome do Sr. Prefeito, Marcos Aurélio Dias, o qual havia transmitido um abraço fraterno a todos os parlamentares. Perguntou ao Sr. Presidente se gostaria que ele, Secretário, fizesse um arrazoado desde o momento que se deram os primeiros problemas relacionados à contratação da empresa terceirizada, ou se o Sr. Presidente preferia formular as perguntas. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** respondeu-lhe que aquela Casa gostaria que o Secretário pudesse fazer uma explanação de toda a dinâmica do fato e, então, eles, os Vereadores, iriam fazendo as perguntas. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** disse que faria então um histórico desde o primeiro evento, salientando que era importante frisar que nunca houvera entre a Prefeitura e a empresa terceirizada qualquer tipo de problema relacionado ao contrato, e que a interrupção dos pagamentos regulares à empresa havia se dado em setembro de dois mil e quatorze, por decisão da Justiça, em função de problemas identificados no contrato da empresa que prestava serviços ali no município. Todavia, continuou o Secretário, tal fato não tinha nenhuma relação com Guapimirim, e sim com outro contrato que a empresa tinha na cidade do Rio de Janeiro, e que tal contrato fora objeto de questionamentos e de uma investigação, em razão de uma denúncia formulada naquela cidade, o que motivara o Juízo local a proferir uma Decisão Liminar no sentido de interromper os pagamentos diretamente à empresa. Disse que era também importante esclarecer que a relação com aquela empresa não consistia numa relação contratual, pois a mesma participara de um certame licitatório, que continha uma Ata de Registro de Preço, e saíra vencedora. Assim, à medida que a Administração necessitava de um serviço oferecido pela empresa, fazia a devida requisição e o serviço era executado. No entanto, em setembro último, houvera a interrupção já mencionada, e a Administração, na salvaguarda dos interesses da administração pública, e também de todos os trabalhadores que estavam atrelados àquela relação com a empresa, requereu na Justiça o direito de continuar pagando aos trabalhadores daquela empresa, em face da necessidade de cada trabalhador e, também, da necessidade da continuidade e não interrupção dos serviços, e assim fora feito. A Justiça, então, deferiu um prazo de seis meses, até março de dois mil e quinze, período em que a Prefeitura estava impedida pagar a empresa, porém, pagava diretamente aos funcionários. Tal situação fora mantida, inclusive com o que dizia respeito ao fornecimento de cestas básicas e tudo o mais que era relacionado aos funcionários da empresa. O trâmite se dava por meio de Processo, e se a despesa fosse realmente referente aos funcionários da empresa, eram devidamente pagos. Porém, em março último, assim como já havia acontecido em Setembro de dois mil e quatorze, a Justiça determinara a realização de um novo Concurso Público no prazo de seis meses, e também a realização de uma nova licitação, determinando ainda que a empresa, ora prestadora de serviços à Prefeitura, ficasse impedida de participar, uma vez que a mesma estava sendo objeto de investigação. Dando continuidade, disse em que pesasse o fato de a Ata da empresa encontrar-se ainda vigente, visto que tinha

licitado com o município em julho de dois mil e quatorze, e a vigência da Ata era de doze meses, então, do ponto de vista legal, a relação entre a empresa e a Administração seria até julho de dois mil e quinze. Mas, em cumprimento à ordem do Juízo local, que havia determinado o prazo de seis meses, a Administração realizara o concurso público tempestivamente, ou seja, dentro do prazo regular, bem como convocado todos os aprovados dentro do número de vagas ofertadas. Informou em seguida, que no prazo de seis meses, precisamente em vinte e seis de março, realizaram um novo certame licitatório, também com pregão oficial, e respeitando a todas as determinações do Juízo local no sentido de vedar a participação, exclusivamente, da empresa em questão. Entretanto, continuou o Secretário, salvo engano, dez empresas participaram do processo e muitas delas vieram para a visita técnica. Comentou que uma das empresas tinha interposto recurso administrativo, e que o certame tivera início por volta das nove da manhã se estendendo até boa parte da tarde. Noticiou que durante o procedimento licitatório, outra empresa entrara com uma Medida Cautelar e, de forma unilateral, o Juízo local tinha julgado a Liminar sem ouvir a Prefeitura, determinando a imediata suspensão do procedimento licitatório, o qual garantiria, dentro do prazo regular, a manutenção daqueles colaboradores e funcionários; daqueles que estariam vinculados àquela empresa. No caso, a Administração iria celebrar uma nova relação com outra empresa, a qual iria suprir a necessidade de mão de obra, possibilitando que a Prefeitura continuasse com as suas atividades. Acontece que com o deferimento daquela Medida Cautelar, acolhida pela Administração, não tinha sido possível o prosseguimento da licitação, que fora suspensa. Disse que após o incidente, a Administração despachou diretamente para o Juízo local na intenção de tentar prosseguir dentro do prazo da Ata, pois como a ocorrência havia sido no mês de março e a Ata tinha vigência até julho, a intenção deles, como fora desde o início por parte da Administração e também do Excelentíssimo Sr. Prefeito, era de que não houvesse nenhum prejuízo e nenhum problema relacionado à continuidade da relação com os funcionários. Mesmo porque havia carência na Administração, a qual inclusive estava sentindo os efeitos da ausência daquela mão de obra até os dias atuais, mas disse que, infelizmente, o pleito formulado pela Prefeitura, por meio da sua Procuradoria, não tinha sido acolhido, logo, aguardavam que o Juízo se manifestasse acerca do mencionado requerimento. A seguir, disse que deram início a um novo procedimento administrativo para a realização de uma nova Licitação, com vistas a contemplar as atividades intermediárias da Administração, mais conhecidas como atividades-meio. Argumentou em que pesasse o fato, inclusive, de já estar tramitando em votação primária, no Congresso Nacional, Projeto em relação à nova Lei de Terceirização. No entanto, a Administração estava acolhendo a orientação do Juiz local e, assim, já havia aberto novo processo licitatório, bem como novos processos de cada Secretaria e novas demandas, a fim de poder realizar um novo certame e proceder à

contração de uma nova empresa e dar continuidade àquela relação. Em referência às atividades-fim da Administração, o Secretário assinalou que um novo concurso público deveria ser realizado, como recomendavam o Ministério Público e o Juízo local. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** disse que gostaria de perguntar ao Sr. Secretário como o Poder Executivo pretendia se posicionar diante daqueles fatos. Como o Sr. Secretário informara, se seria mesmo realizado um novo concurso para as atividades-fim. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** respondeu que a Administração estava trabalhando exatamente de acordo com a orientação da Justiça. Disse que eles já haviam realizado um concurso, e voltou a repetir: dentro do prazo estipulado pela Justiça, onde todas as vagas oferecidas foram devidamente preenchidas pelos candidatos classificados dentro do número de vagas, os quais foram convocados e empossados, enfim, já estavam desempenhando suas funções. Todavia, a Administração tinha a obrigação e deveria rever os seus Atos a todo o tempo, pois tal necessidade era evolutiva e ia crescendo, logo, havendo a necessidade de se realizar um novo concurso para mais vagas finalistas, e que as providências já estavam sendo tomadas, uma vez que todos os Secretários já tinham sido convocados, a fim de levantar as necessidades para as atividades finalistas, com vistas à realização de um novo concurso público. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** lembrou que o Sr. Secretário também citara que na atividade-meio o Poder Executivo pretendia ou já iniciara um novo processo licitatório, e se já dera início, se havia prazos e datas de início e término. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** respondeu que tinha sim, e que era preciso identificar primeiro qual a real necessidade, pois inicialmente era necessário identificar o que eram atividades finalistas da Administração e quais eram as atividades intermediárias, atividades aquelas que concorriam para a finalização de uma atividade específica. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** disse que essa seria sua próxima pergunta, assim pediu ao Secretário que esclarecesse o que seria atividade-fim e atividade-meio. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** respondeu que daria um exemplo que permitiria o entendimento, dizendo que usaria o universo da escola, já que havia muitos professores presentes, e explicitou que dentro da escola eram consideradas atividades finalistas da administração todas aquelas que tinham relação direta com a construção do conhecimento, isto é, o Professor, o Coordenador Pedagógico, o Orientador Educacional, o Supervisor Escolar, enfim, tratava-se de mão de obra técnica e específica. Ressaltou em que pesasse toda a importância e relevância do trabalho que se tinha por parte dos Auxiliares de Cozinha, Limpeza, do Motorista que fazia o transporte escolar e do funcionário que ficava na portaria, tais atividades eram consideradas atividades-meio, e concorriam para o engrandecimento das atividades finalistas. Exemplificou dizendo que o aluno não ia para a escola para andar de ônibus e nem para se alimentar, ou seja, o aluno ia para a escola para aprender, e os protagonistas do processo da educação e do conhecimento

eram os profissionais da educação. Portanto, aos “olhos” da Lei, atividades finalistas no âmbito da Educação eram as desempenhadas pelos profissionais mencionados anteriormente. Já aquelas consideradas atividades intermediárias eram, por exemplo, os Porteiros, Merendeiras e aqueles aos quais ele já se referira, que eram indispensáveis para o trabalho, porém, consistia num suporte para atingir o resultado final. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** ponderou que o Sr. Secretário havia dito sobre os prazos, ou seja, que o Poder Executivo pretendia abrir um novo processo licitatório para que uma nova empresa pudesse ser contratada pelo município e sanar aquele tipo de problema. Perguntou, então, se havia prazos e datas que pudesse esclarecer ao público presente. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** respondeu que era importante deixar claro que como determinara a Decisão do Juízo local, era necessário que se fizesse um estudo de impacto financeiro, para que o município verificasse a capacidade de absorção daqueles gastos na medida da necessidade existente, bem como a sua atual realidade econômica. Assim, esclareceu que cada Secretaria já havia sido provocada, por demanda do Sr. Prefeito, a se manifestar acerca de quais eram as funções propriamente intermediárias e que se pretendia contratar, e tal levantamento estava sendo realizado. Dando continuidade, informou que somente a partir daquela demanda construía-se um número, identificava-se sua veracidade e avaliaria quanto aquela despesa iria custar ao erário, adequando-a à realidade do município e customizando, ou, então, faria o seu escalonamento. Explicou que num pregão, por exemplo, não havia aquela necessidade, dizendo que precisava ficar claro que quando se estabelecia uma relação de pregão e se registrava uma Ata, a mesma permanecia registrada, podendo haver trinta funções ali consignadas, mas deixava-se por segurança, e quando se necessitava de certa função, e de dois funcionários para tal função, havendo validade de um ano, a requisição ia sendo feita de acordo com a necessidade da Administração. Assim sendo, disse que o processo encontrava-se naquela fase de estudo de levantamento de impacto financeiro, a fim de promover os passos consecutivos para a realização do processo licitatório, frisando que eles, a Administração, já havia feito respeitando o prazo legal, mas como houvera manifestação, além de uma Medida Cautelar impetrada por uma das empresas postulantes, no caso da licitação, Excelentíssimo Juiz decidiu por suspender o procedimento; portanto, a Administração simplesmente estava acatando a Decisão Judicial. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu ao Sr. Secretário por ter esclarecido suas perguntas e passou a palavra aos nobres Edis que quisessem fazer alguma pergunta. Com a **palavra**, a Vereadora **Rizê da Silva Silvério** agradeceu ao Secretário pelo comparecimento e lhe desejou boas-vindas. Iniciou sua fala dizendo ao Secretário que falaram muito sobre prazos, prazos legais e para a realização do processo licitatório, e que o Sr. Prefeito já pedira que cada Secretaria se manifestasse para o estudo de impacto financeiro. Disse que sua preocupação era sobre a morosidade do processo, e eles encontravam-se em uma situação de emergência e urgência, perguntando,

em seguida, se as Secretarias tinham um prazo limite para entregar o estudo de impacto financeiro ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo respondesse ao Poder Judiciário, pois aquela era uma resposta que deveria ser fornecida. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** disse que aquela era uma boa pergunta e bastante importante para esclarecer tudo aquilo, porque ela realmente suscitava dúvidas. Na verdade, disse, o levantamento de impacto financeiro não era realizado pelas Secretarias; no caso, as Secretarias faziam a prestação das suas necessidades e indicavam quais eram as funções que desejavam contratar. Existia um setor fazendário associado ao setor administrativo da Prefeitura, ou seja, notadamente, as duas Pastas faziam um estudo de impacto financeiro, a fim de customizar os custos dentro da realidade econômica do município. O Ilmo. Secretário informou que o prazo de entrega do referido estudo era o mesmo destinado ao cumprimento das normas legais, uma vez que existia limite de prazo em relação ao processo que precisava tramitar. Falou ainda sobre a existência de prazo para publicação, o qual precisava ser cumprido, como fizeram em tempo hábil na licitação realizada no mês de março último. Asseverou que o próximo passo a ser dado pela Administração seria identificar os cargos, apresentá-los aos setores fazendário e administrativo, os quais fariam a identificação do custo a ser aferido, e a partir de então daria prosseguimento ao processo licitatório. Com a **palavra**, a Vereadora **Rizê da Silva Silvério** disse que havia entendido a dinâmica do processo e agradeceu ao Secretário pelo esclarecimento sobre qual Secretaria faria o estudo do impacto financeiro, todavia, a Secretaria de Fazenda e a de Administração só conseguiriam efetivar tal estudo se as Secretarias as alimentassem com as informações, logo, perguntou se as Secretarias tinham uma data limite para informar quais eram os cargos de que necessitavam e se o Secretário ficaria diretamente responsável por aquelas Secretarias. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** disse que existia o prazo que a Justiça determinara, ou seja, o prazo legal. Todavia, existia o prazo da necessidade do município, o qual precedia o prazo legal, então ele disse que daria duas informações, porque o objetivo era tornar cada vez mais claro aquela oportunidade que estava tendo naquela Casa. Prosseguindo, disse que o prazo legal estipulado pela Justiça era de cento e vinte dias; aquele era o prazo legal, entretanto, não era o prazo da Administração, pois a Administração, com relação à prestação de serviço, sentia a necessidade na tratativa direta com cada cidadão, a fim colocar em prática aquelas ações de forma contumaz, logo, para realizá-las algumas Secretarias já apresentaram aquela demanda, todavia, algumas outras Secretarias, até pela dimensão do adensamento humano que a mesma exigia, como por exemplo a Secretaria de Educação, uma vez que somente em referência às Unidades Educacionais, salvo engano, eram cerca de trinta e três, e mais a própria Secretaria. Havia também a Secretaria de Saúde, com todos os seus Postos e Núcleos de Atendimento, os quais requeriam que a Administração solicitasse a demanda existente também de cada braço

estendido que havia, exigindo assim uma complexidade bem maior. Explicou que a administração trabalhava com o prazo de até o dia quinze de maio do corrente ano para reunir tais informações por parte de cada Secretaria, para, a partir daquele ponto, compilar os dados de forma numérica e concretizar o estudo de impacto financeiro que viabilizaria o prosseguimento do certame licitatório. Com a **palavra**, a Vereadora **Rizê da Silva Silvério** disse que a população e os funcionários estavam muito preocupados com a questão da Carteira de Trabalho, e perguntou se o Sr. Secretário possuía alguma informação, tinha sugestão ou até mesmo um conselho a dar em relação às mencionadas Carteiras, que se não tivesse enganada alguns pegaram tal documento e outros não; inquirindo, em seguida, se os funcionários demitidos estavam retirando as Carteiras sem ter dado a devida baixa. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** disse que era necessário deixar claro que a Administração identificava em cada prestador de serviço que tinha a sua relação funcional vinculada àquela empresa, uma identificação muito grande com o Governo atual, e que aquilo era fácil de se comprovar à medida que a Administração em momento algum repousou na Decisão Judicial. Dando continuidade, disse que para e só para evocar o passado, explicitou que em idos de setembro passado, a Administração poderia simplesmente acomodar-se e acatar Decisão que determinara a interrupção do pagamento a empresa, mas que tal atitude era impossível diante dos fatos. Ressaltou a importância da figura do Prefeito e o esforço pessoal que ele vinha tendo na manutenção daquela relação, nem tanto a empresa especificamente e a sua funcionalidade jurídica, mas acima de tudo com os funcionários da empresa, pois era nítido que eram todos cidadãos moradores do município e que tinham uma proximidade no dia a dia; que encontravam no mercado e sabiam que possuíam um trabalho, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento do município. Informou que em setembro de dois mil e quatorze, quando fora determinada a interrupção do pagamento, eles, da Administração, por meio de uma medida Judicial, provocaram a Justiça a considerar a possibilidade de pagar, já que não houvera e não havia nada decidido que desabonasse a relação com Guapimirim. Reiterou que a interrupção na relação com a empresa “Obra Social João Batista” se devia à relação que a mesma tinha com outro contrato e com uma outra Prefeitura, e em razão de tal fato o movimento financeiro, ou seja, as contas eram bloqueadas. Disse que a Justiça identificara que a empresa mantinha contrato com outro município, no caso em tela, com o de Guapimirim, determinando a imediata suspensão do pagamento. No entanto, a Prefeitura quisera manter o pagamento por conta dos funcionários, e o Juiz havia autorizado por seis meses, mas aquilo não significava que eles deveriam fazer somente no sexto mês, poderiam ter feito no segundo e terceiro, mas naquele caso consistia na salvaguarda dos interesses também do trabalhador, e que a Administração levava até em última instância para ir até o sexto mês e poder pagar a todos os funcionários, contudo, no momento atual, a Justiça negara o seu prosseguimento.

Assim sendo, disse que a orientação que ele podia dar naquele instante era que a relação funcional e o vínculo trabalhista estavam submetidos à empresa, a qual ficava realmente como colaboradora da Administração, e sabia-se inclusive que eles tinham a responsabilidade solidária, e em momento algum se furtavam desse compromisso, mas o caminho administrativo e político, independentemente de qual fosse, era sempre no sentido de avocar a empresa para fazer a quitação dos pagamentos, bem como proceder à devolução das Carteiras de Trabalho com suas respectivas baixas. O Secretário deduziu ainda que deveria chegar o momento em que iria ser abordada a questão acerca do pagamento, e sobre tal obrigação a empresa informava não reunir recursos no momento, já que a Prefeitura depositava a verba diretamente para a empresa e a mesma pagava os seus funcionários, e sempre em dia, porque a Prefeitura sempre pagara a empresa dentro do prazo e a empresa, por sua vez, remunerava os funcionários. Disse que em razão da suspensão, a Prefeitura passara a pagar diretamente os funcionários da empresa, e tendo o cuidado de fazê-lo sempre na mesma data do pagamento dos funcionários da Prefeitura, dos efetivos e contratados, a fim de evitar aquele entendimento de que se tinha pagado o pessoal da Prefeitura, mas não, os funcionários da firma. E a Prefeitura naquele momento de contenda jurídica sempre buscara manter uma isonomia, ou seja, uma igualdade, e assim vinha fazendo, pagando em nome da empresa diretamente aos funcionários; só que, naquele momento, não podiam continuar com tal procedimento. Portanto, disse o Secretário, o que restava a fazer, uma vez que a empresa alegava não possuir mais recursos financeiros para pagar diretamente, e a Prefeitura por sua vez estava impedida judicialmente, sob pena de ter que pagar uma multa diária de cinco mil reais, por cada funcionário, conforme arbitrada na Decisão Judicial, reiterando que a Prefeitura não descansava e repousava naquela Decisão, era buscar, como já estavam fazendo, a autorização do Exmo. Juiz para efetuar o pagamento, aliás, como sempre fizeram com todos os outros pagamentos anteriores. Salientou que demonstraram aquele desejo pagando todos os demais meses em que a empresa estava impedida, pagando-os diretamente, mas como até o momento a Justiça não se manifestara sobre o Requerimento já feito, e a Prefeitura não tinha autorização para efetuar o pagamento, embora desejasse fazê-lo, e a empresa por sua vez informava não reunir recursos para também fazer o pagamento, logo, a empresa estava provocando a Justiça para que a autorizasse a receber o pagamento, com vistas a liquidar o débito referente aos direitos de todos os trabalhadores vinculados à empresa. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu ao Sr. Secretário por ter esclarecido e passou a palavra à vereadora Marina Pereira da Rocha. Com a **palavra**, a Vereadora **Marina Pereira da Rocha** disse que a sua pergunta seria sobre o que a firma informava a respeito do pagamento das indenizações dos funcionários demitidos. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** disse que iria separar em dois momentos, respondendo à Vereadora que a Prefeitura fizera, ao longo

daqueles seis meses, o pagamento até março, de indenizações vinculadas aos trabalhadores da empresa e, entretanto, a Decisão determinava que a Administração não poderia efetuar nenhum pagamento após o mês de março, nem mesmo diretamente ao trabalhador, ainda que se tratasse de rescisões. Informou que pagaram as rescisões das pessoas que foram sendo demitidas dentro daqueles seis meses, e que depois de março eles ficaram impedidos de pagar, inclusive as rescisões. Disse ainda que a empresa os orientava para que não reunissem recursos para fazê-lo; que a mesma estava buscando a solução pelos próprios caminhos, com a independência que ela tinha, e como empresa de capital privado que era; e eles, enquanto Prefeitura, estavam provocando a Justiça no sentido de obter autorização para realizar aqueles pagamentos, sempre na salvaguarda dos interesses daqueles trabalhadores. Falou que a empresa também alegava estar fazendo o mesmo, mas a empresa advertia que para efetuar o pagamento precisava receber da Prefeitura, todavia, a mesma encontrava-se impedida de pagar a empresa. Com a **palavra**, o vereador **Fernando Amaro Garcia** perguntou ao Sr. Secretário como iria ficar a situação daqueles mil funcionários que foram demitidos, e se havia alguma possibilidade de eles estarem voltando a trabalhar. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** disse que era preciso separar aquele que era o desejo da Administração, daquilo que era o aspecto legal. Falou que eles, a Administração, em face de tudo aquilo que ele já esclarecera anteriormente, em relação à identificação com os trabalhadores, sempre iriam priorizar e desejar que aqueles trabalhadores pudessem ser novamente reinseridos no mercado de trabalho e, se possível, ocupando a mesma função nos quadros da futura empresa, mas eles não podiam acelerar aquela situação, uma vez que não tinham gerência e não sabiam, sequer, quem iria ganhar a próxima licitação, portanto, não podiam confirmar se a pessoa que trabalhava na empresa antiga iria ser admitida na próxima. Mas, claro que ele acreditava que aquelas pessoas, até mesmo pelo conhecimento tácito que possuíam, se postulassem as novas vagas, apresentariam uma vantagem competitiva muito maior em relação a qualquer outro candidato à vaga de emprego, pois já estava acostumado e familiarizado com o trabalho e a atividade propriamente. Contudo, a Administração, em razão da Decisão Judicial, precisava abster-se daquele processo; não poderia interferir no processo administrativo da empresa, sendo de sua competência a condução de tal procedimento, assim como o processo de seleção era de sua inteira responsabilidade. Afirmou que aquilo que a Administração contratava era um serviço, e que cobravam pela realização de um serviço através dos agentes que ela identificaria. O Secretário disse que torcia pela imediata resolução do problema, e que falava também em nome do Prefeito, porque aquela era a sua intenção e disposição, até porque identificava em cada uma daquelas pessoas cidadãos com quem ele convivia, que estavam com ele na Igreja, no mercado, na cadeira do barbeiro, enfim, que compartilhavam de seu dia a dia. Porém, ressaltou mais uma vez que a Administração não podia interferir de forma

decisória naquele processo, e que caberia à empresa vencedora do novo certame licitatório. Com a **palavra**, o vereador **Fernando Amaro Garcia** perguntou sobre os funcionários que não iriam ser readmitidos, se eles receberiam o tempo de casa a que tinham direito. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** disse que a Justiça Trabalhista existia justamente para solucionar tais eventos, e ele tinha a certeza de que apesar de estar diante de um impasse jurídico, a Prefeitura entendia e queria pagar como sempre fizera, mas estava impedida por uma Decisão Judicial. Asseverou que a empresa lhe parecia que também tinha uma tradição de pagar corretamente os seus funcionários, mas alegava não reunir recursos financeiros para fazê-lo naquele momento, ou seja, enquanto não recebesse a quantia da qual era credora. Disse que acreditava que tudo seria realizado de maneira harmoniosa, entretanto, se não ocorresse da forma prevista, era facultado a cada cidadão brasileiro a possibilidade de ingressar com uma ação trabalhista, onde a empresa e a Prefeitura, cada qual, responderia com suas responsabilidades, e confiava que aquilo não seria necessário, mas era sempre uma faculdade e uma possibilidade que assistia a qualquer cidadão. Com a **palavra**, o vereador **Franklin Adriano Pereira** disse que as perguntas já tinham sido praticamente todas inquiridas, mas que ele somente gostaria de sanar uma dúvida. Como o Secretário havia dito, em referência àqueles seis meses, de setembro até o dia da Decisão Judicial, se a responsabilidade pelo recolhimento das custas trabalhistas seria da prefeitura ou da empresa. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** respondeu que não, pois as verbas trabalhistas sempre foram de responsabilidade da empresa, a Prefeitura pagava a fatura cheia à empresa e cabia a ela fazer o recolhimento previdenciário, o depósito de FGTS, bem como cumprir com a verba trabalhista de cada funcionário. Entretanto, no dia vinte e seis de setembro passado, de dois mil e quatorze, a Justiça suspendera a possibilidade de pagamento pela administração à empresa, e assim sendo, a Prefeitura invocou a possibilidade de poder pagar, em nome da empresa, diretamente aos trabalhadores, tendo em vista a necessidade, até porque se tratava de verba alimentar, tendo o Juízo entendido que o pleito se justificava. Porém, algum tempo depois, a empresa entendera que como a Justiça tinha autorizado o pagamento do salário propriamente dito, poderia autorizar também que se fizesse o pagamento referente ao recolhimento do FGTS. A Justiça autorizara, e eles, a Administração, pagaram também em nome da empresa, assim como o recolhimento previdenciário; tudo em nome da empresa. Só que tal compromisso tivera um prazo, cuja vigência tinha se esgotado no dia vinte e seis de março, motivo pelo qual não podia mais prosseguir, mas a responsabilidade havia sido, durante todo o tempo, da empresa, mesmo quando a Administração efetuava os pagamentos em seu nome. Com a **palavra**, o vereador **Alcione Barbosa Tavares** agradeceu a presença do Sr. Secretário naquele Plenário e, também, por ter ajudado a esclarecer as dúvidas. Disse ao Sr. Secretário que já tinha sido tratado do assunto da falta do pagamento, sobre as Carteiras de Trabalho, do Certame e dos

planos futuros, que seria o concurso, e perguntou o que o Poder Executivo estava requerendo junto ao Poder Judiciário para que houvesse uma medida, não dali a quinze dias ou um mês para começar uma nova licitação e um novo concurso, mas um posicionamento do Poder Executivo naquele momento em relação ao Judiciário, se havia alguma conversa e se chegaram a elaborar algum documento formal. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** disse que não havia o que agradecer, pois era seu dever estar presente prestando os esclarecimentos e o faria quantas vezes fosse preciso. Em seguida, disse que não poderia responder àquela pergunta sem que antes ratificasse que a Administração, notadamente o Prefeito Marcos Aurélio, estava focado apenas em cumprir a Decisão Judicial, e o que eles falaram em relação aos pagamentos, eles não só podiam como peticionaram ao Juízo, o qual autorizara o pagamento. Assim sendo, o pagamento fora realizado, e dava graças a Deus pelo fato de o salário daquelas pessoas ter sido pago, pois, caso contrário, os funcionários estariam até aquela data sem receber. Quanto ao procedimento realizado junto ao Judiciário, informou que a Prefeitura, por meio de seu setor jurídico e da Procuradoria, já tinha peticionado requerendo autorização para continuarem a efetuar o pagamento como vinham fazendo até março. Entretanto, enquanto não fosse deferido tal pleito, a Prefeitura se via impedida de fazê-lo, sob pena de incorrer em penalidades e multas, uma vez que não podia realizar o pagamento sem que houvesse autorização judicial. Registrou ainda que fora impetrado o Agravo, já com a Medida Liminar, para que fosse proferida a mencionada Decisão. Logo, estavam aguardando que o Exm<sup>o</sup>. Juiz se manifestasse, e torcendo, na expectativa que ele decidisse o quanto antes, favoravelmente, ao pagamento diretamente aos funcionários, bem como ao das verbas trabalhistas. Com a **palavra**, o vereador **Claudio Vicente Vilar** disse que pelo o que ele tinha entendido era que as pessoas que foram demitidas teriam que procurar a Justiça. Perguntou, então, se aquele seria o caminho. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** respondeu que na verdade toda aquela questão já estava aos cuidados da Justiça e que a mesma não tardaria a se manifestar acerca da possibilidade de a Administração efetuar o pagamento, que era o que eles estavam requerendo através do Agravo, ou salvo melhor juízo, determinasse que a empresa o fizesse diretamente, conforme determinava a Lei. A empresa, no entanto, alegava não ter recursos, e mais uma vez reiterava que a todos aqueles trabalhadores vinculados à empresa era facultada a possibilidade de ingresso imediato com uma ação trabalhista, e que tal decisão era de foro íntimo, razão pela qual a Administração deixava os trabalhadores à vontade para que tomassem a decisão que melhor lhes conviesse. Com a **palavra**, o vereador **Claudio Vicente Vilar** disse que a sua preocupação seria, com certeza, em resolver o problema dos trabalhadores e também zelar pela imagem deles, os Vereadores, porque sabia que no momento atual a culpa era da Firma, e que a Prefeitura, pelas declarações emitidas, estava cumprindo suas obrigações para com a empresa. No entanto,

automaticamente, a população não iria entender daquela forma, e iria pensar que o Prefeito e os Vereadores tinham culpa; então, gostaria de pedir a ajuda do Executivo, a fim de resolverem aquela situação o mais rápido possível, para que toda a responsabilidade não recaísse apenas sobre o Executivo e o Legislativo. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** disse que o vereador podia acreditar, assim como os demais vereadores presentes naquela Casa, que a Administração iria eivar todos os esforços, como já vinha fazendo, no sentido de tentar fazer com que tal problemática se resolvesse da forma mais séria possível; lembrava, entretanto, que eles não podiam agir enquanto não houvesse Decisão Judicial permitindo a continuidade de pagamento. Explicou novamente que enquanto a Justiça não se manifestasse eles não poderiam fazer o pagamento, sob pena de cometimento de crime de improbidade. Concluindo, informou que estavam aguardando a autorização da Justiça, para que o pagamento pudesse ser realizado em favor da empresa ou diretamente ao funcionário, salientando que o desejo da Administração era poder seguir com o cumprimento das suas obrigações. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** disse que antes de encerrar a Sessão gostaria de agradecer ao público presente, e falou que entendiam que, às vezes, os ânimos se alteravam, porque era um momento muito delicado que o município vinha passando, e só quem sentia na pele era que sabia a necessidade de estar provendo o sustento da sua família. Ressaltou que entendia cada um dos funcionários e os colaboradores do Executivo que, por algum momento, havia se alterado, pois era um momento realmente muito delicado para o município, e também para cada funcionário que perdera o seu emprego. Disse que gostaria, somente a título de colaboração, que o Procurador do Município, o qual se fazia presente no Plenário, repassasse as informações, que ele, o Presidente, considerava de grande valia serem divulgadas aos funcionários presentes. Assim, passou a palavra ao Procurador da Prefeitura, Dr. Sidley , para que pudesse também estar esclarecendo aquela questão. Com a **palavra**, o Secretário de Governo **Rodrigo Medeiros** fez suas considerações finais antes de passar a palavra ao Procurador. Agradeceu a Casa e ao público presente, estendendo sua gratidão a cada vereador; e agradeceu ao público presente a oportunidade de poder compartilhar com eles aquele momento tão difícil, enfatizando que eles, a Administração, em nenhum momento deixaram de agir sobre a luz da legalidade, e em que pesava todo o desejo de ver aquela contenda solucionada o quanto antes, não podiam agir à margem da previsibilidade legal. Portanto, continuou o Secretário, quando viera àquela Casa, viera em nome do Prefeito Marco Aurélio para falar acerca do seu compromisso de andar cada vez mais próximo do cidadão e do interesse da sociedade, mas também sob a luz da legalidade, e agradeceu a oportunidade. Com a **palavra**, o Procurador da Prefeitura, **Dr. Sidley** , disse que gostaria apenas de dizer que ficara triste quando ouviu um Senhor na platéia dizendo que era mentira o que o Sr. Secretário estava discorrendo, inclusive de forma veemente, dizendo que

ou ele desconhecia a Lei, ou se fazia desconhecê-la, ou, então, estava imbuído de outras intenções, ou seja, de que o problema não fosse resolvido. Salientou que não seria um ato responsável, estando à frente do judiciário do município, como Procurador Geral, permitir que o Prefeito e o Sr. Secretário efetuassem qualquer pagamento que não fosse de uma forma legal. Assim, disse que quando houvera aquela interrupção do pagamento em setembro último, a primeira medida do Prefeito Marcos Aurélio fora que se tomasse uma medida judicial para não prejudicar o funcionário, ou seja, os munícipes e aqueles que trabalhavam para se ter o seu dia a dia preservado. Assim, elaboraram uma petição para o Dr. Rubens, atual Juiz da Comarca, e explicaram a situação e a real necessidade do município, e o mesmo os atendera muito bem, e logo no dia seguinte, proferira uma Decisão Judicial. Disse que era aquilo que gostaria que o Senhor que havia se manifestado ouvisse, “uma Decisão Judicial” em favor do funcionário daquela empresa, a qual tivera o seu direito bloqueado em razão de problemas com o município do Rio de Janeiro, tendo, inclusive, os bens dos seus sócios bloqueados naquele problema e, não, no da Prefeitura de Guapimirim. O Juiz autorizou, então, que se fizesse o pagamento durante seis meses. Assim sendo, disse ao Sr. Presidente e aos nobres Edis que o pagamento até março fora legal, amparado por determinação judicial e, inclusive, com a concordância da empresa. Logo, ressaltou que não existia nenhuma mentira por parte do Sr. Secretário, e que ficasse bem claro, porque as pessoas tinham que saber discernir entre a razão, a emoção e o que era de direito, reafirmando que tudo havia sido feito de forma legal. Disse que em segundo plano houve a licitação, e naquele íterim, o que era também de direito, uma Firma sentindo-se prejudicada ingressara no Judiciário e conseguira a suspensão daquele certame; e o Ministério Público, baseado em tais fatos, entrara com a segunda Liminar, o que resultou em todo aquele transtorno para com a empresa. Em relação à mencionada Decisão, a Procuradoria do município ingressara com dois Recursos jurídicos, sendo um o Agravo de Instrumento, objetivando a imediata suspensão daquela Liminar, a fim de que o município voltasse a realizar rapidamente os seus recursos em prol do próprio munícipe e, conseqüentemente, acertando tudo. O outro, era destinado diretamente ao Presidente do Tribunal de Justiça, como se fosse uma Reclamação pelo fato de o Juiz ter proferido aquela Decisão sem tê-los ouvido previamente, isto é, setenta e duas horas antes, como previsto em Lei, a qual dispõe que “qualquer medida judicial, em mandado de segurança ou contra o Órgão público, o mesmo teria de ser ouvido com setenta e duas horas de antecedência”, e tal procedimento não fora cumprido. Então, disse que eles haviam impetrado todos os Recursos no Judiciário, informando que a semana anterior tinha sido atípica, com feriados, o que atrapalhara o andamento processual e, ainda, iriam ter outro feriado na sexta-feira próxima. Falou que juridicamente esperava que até quinta-feira o Processo tivesse algum andamento, visto que já estava na mão do Relator, o qual estava analisando-o. Disse que a Administração fizera o

pedido de suspensão na forma de Liminar, mas utilizaram os mesmos argumentos, e esperava que juridicamente o deferimento do pleito, o que viabilizaria mais rapidamente o processo licitatório que o Secretário acabara de citar. Caso contrário, iria engessar o município naquele momento, impedindo-o de cumprir a sua função social e, politicamente, que o Sr. Prefeito e aquela Casa trouxessem as informações aos munícipes. O Procurador enfatizou que em momento algum o município tinha deixado de tomar aquelas providências necessárias, motivo pelo qual ficava entristecido quando um munícipe, o qual já era conhecido da Administração, tomava uma oposição ferrenha e ia para lá dizer que eles estavam mentindo, ou que eles estavam brincando com a vida de pessoas que eram queridas a eles, porque todos os munícipes eram sim queridos ao Prefeito, assim como àquela Presidência e a todos os vereadores daquela Casa. Ultimando, ressaltou que aquilo só mostrava o tipo de comportamento politiqueiro. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu as palavras do Sr. Sidley, Procurador do Município, que viera esclarecer de forma técnica as questões colocadas em pauta naquele dia. Com a **palavra**, o vereador **Franklin Adriano Pereira** perguntou ao Sr. Procurador se aquele Recurso impetrado pela Administração, na Segunda Instância, era referente à autorização não só para a realização da Licitação, mas também, para o pagamento. Com a **palavra**, o Procurador da Prefeitura **Dr. Sidley** disse que eles recorreram da Decisão porque a mesma era constituída de oito etapas, determinando que o município cumprisse várias obrigações, e uma delas era o pagamento; logo, talvez pudessem conseguir. Todavia, afirmou que era preciso também esclarecer que todo funcionário que prestava serviço ao município era empregado da empresa, e a empresa até a data daquela Decisão cumpria tudo que era determinado ao município, haja vista que na área trabalhista eles tinham poucas ações com as empresas, em relação aos empregados que eram demitidos. Assim, ratificou que eles cumpriam suas obrigações, e que naquele período de seis meses o município não só pagara o salário, como também tinha realizado o pagamento das rescisões, baseado em uma determinação judicial que o autorizava. No entanto, naquele momento, não podia fazer afirmações ao nobre Edil, e sabia que existiam pessoas que estavam passando e iriam passar por necessidades, porque precisavam do seu salário, mas que era preciso distinguir que a obrigação da indenização e dos salários era de responsabilidade da empresa, pois o município necessitava de um serviço, o qual fora contratado, e cujo pagamento havia sido realizado em consonância com o determinado pela Justiça, porém, se fizessem o pagamento dos funcionários naquele momento, incidiria uma multa de cinco mil reais por cada funcionário e, conseqüentemente, os munícipes seriam os penalizados. Ante o exposto, ressaltou que a prefeitura não podia deixar de cumprir a Decisão Judicial até que houvesse sua suspensão, ou então que se fizesse como o Secretário estava fazendo, que era uma nova Licitação. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** mais uma vez agradeceu as palavras do Sr. Sidley, Procurador do Município, pelas informações técnicas passadas ao público

presente, e disse que também ficava triste pelo fato de num momento tão delicado que o município vinha passando houvesse pessoas que faziam política em cima daquilo. Falou que convocaram o Sr. Secretário de Governo àquele Plenário, para que pudesse esclarecer e tirar as dúvidas de cada cidadão presente e, não, fazendo política, mas tratando de forma delicada, porém, com seriedade e não permitindo que fosse feita política com a dor e a necessidade de cada um presente. Assim, agradeceu ao Sr. Secretário de Governo, Sr. Rodrigo, e agradeceu ao Dr. Sidley também pelo esclarecimento dos fatos que estavam acontecendo no município; torcendo para que aquele embate jurídico pudesse ser sanado o quanto antes para que a população, os funcionários públicos e o serviço público pudessem voltar à normalidade e, assim, o funcionalismo público pudesse ser beneficiado com aquela Decisão Judicial. Com a **palavra**, o Procurador da Prefeitura, **Dr. Sidley**, agradeceu ao Sr. Presidente e disse que estavam à disposição daquela Casa e de todos os funcionários que procurassem a Procuradoria. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão quando eram doze horas e quarenta e quatro minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, **Rizê da Silva Silvério**, \_\_\_\_\_, Primeira Secretária, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.